



História Unicap
ISSN 2359-2370

O movimento negro unificado de Pernambuco e o Jornal Negritude (1986-1988)

The Unified black movement of Pernambuco and the Negritude Journal (1986-1988)

Maria Emília Vasconcelos dos Santos*
mariaemiliavas@hotmail.com

Sebastião Alves da Rocha**
sebastiao.rocha@gmail.com

Resumo:

Este estudo objetiva analisar de que maneira a denúncia ao racismo se constituía enquanto estratégia de conscientização do Movimento Negro Unificado de Pernambuco (MNU-PE) na década de 1980. Para desenvolver essa abordagem, foi feita uma revisão de artigos, dissertações e teses disponíveis sobre a história e atuação do Movimento Negro em Pernambuco e no Brasil. A pesquisa documental foi realizada no jornal *Negritude* produzido MNU-PE ao longo dos anos de 1986-1988. As fontes foram localizadas no acervo digital do MNU-PE, disponível na plataforma Cultura Digital. O texto está dividido em três tópicos que relatam a história de lutas contra o racismo após a abolição da escravidão, apresentando os marcos históricos do Movimento Negro Unificado, seguido do levantamento de informações sobre o Movimento Negro Unificado de Pernambuco e, por fim, faz-se análise das escritas do jornal *Negritude*, com destaque para as matérias que mostram os significados do 13 de maio de 1888 para o referido movimento.

Palavras-chave:

Movimento Negro Contemporâneo; MNU Pernambuco; Jornal *Negritude*.

Abstract:

This study aims to analyze how the denunciation of racism was constituted as a strategy to raise awareness of the Black Unified Movement of Pernambuco (MNU-PE) in the 1980s. In order to develop this approach, a review of articles, dissertations and theses available on the history and performance of the Black Movement in Pernambuco and Brazil. The documentary research was carried out in the newspaper *Negritude* produced MNU-PE throughout the years of 1986-1988. The sources were located in the digital collection of the MNU-PE, available in the Digital Culture platform <<http://culturadigital.br/mnupe/>>. The text is divided in three topics that relate the history of struggles against racism after the abolition of slavery, presenting the historical milestones of the Unified Black Movement, followed by the gathering of information about the Unified Black Movement of Pernambuco and finally it is done analysis of the writings of the newspaper *Negritude*, highlighting the subjects where they show the meanings of May 13, 1888 for the said movement.

Keywords:

Black Contemporary Movement; MNU Pernambuco; *Negritude* Newspaper.

* Professora da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE)

**Professor da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE)

Introdução

No período escravista, o Brasil recebeu o maior número de negros vindos do continente africano, chegando ao seu território entre 4,5 e 5 milhões de escravizados (SAILLANT, 2016). Os negros permaneceram por muito tempo na condição de cativos e a abolição ocorreu somente em 13 de maio de 1888, com assinatura da Lei Áurea. A extinção da escravidão ocorreu devido às pressões externas e internas, essa última constituída pelos movimentos sociais negros, caracterizados por fugas, revoltas dos escravizados e atuação do movimento abolicionista; contando este último também, com a participação ativa de escravizados e libertos em seu *front*. Apesar dessa movimentação, ainda encontramos discursos, que exaltam a figura da Princesa Isabel, como a redentora e grande promotora do fim da escravidão no Brasil (SCHWARCZ, 2007).

Nas lutas pelo fim do cativeiro, foi realizado um esforço de inversão de sentido das lutas e dos papéis dos seus agentes, no qual o processo de emancipação foi deslocado da esfera pública para privada, “dos escravos se esperava a gratidão e a permanência nas fazendas, não a cidadania”. Igualdade e cidadania jurídica foram traduzidas no Brasil como favor (SCHWARCZ, 2007, p. 48-49;51).

O fim do regime escravagista, embora associado à figura da princesa Isabel e de um ato de caridade, resultou de um processo que envolveu a união de diversas frentes, que acabou por tornar a escravidão insustentável. Uma das ações que contribuiu para esse processo foi o aumento das libertações empreendidas pelos próprios escravizados ou por seus proprietários, estes últimos as realizaram em datas comemorativas e por vezes com indenização (MARTINS, 2002).

No pós-abolição, libertos e ex-escravizados tiveram poucas condições para se inserir na sociedade pelo viés da equidade e construir uma vida digna. Desde então, juntaram-se as classes mais pobres do país, foram empurrados para as periferias e favelas. Os negros continuaram a viver de forma marginalizada, afetados pelas desigualdades sociais, que têm sua forma mais latente no racismo. A memória construída pelo governo brasileiro tentou imprimir a ideia de que a abolição da escravatura foi uma dádiva ofertada aos negros. Entretanto, os homens e mulheres de pele escura engajados nos movimentos pelo fim da escravidão não experimentaram esse processo dessa forma. Tanto é que eles disputaram as narrativas sobre o processo de abolição e organizados a partir de diferentes grupos e movimentos sociais negros, no pós-13 de maio de 1888, reivindicaram seus lugares nessa conquista (SAILLANT, 2016).

Partindo do entendimento que a abolição não produziu a efetiva liberdade para os povos negros, observa-se a partir da trajetória de indivíduos e grupos que se fez necessário a organização de espaços de resistência para produzir o enfrentamento às desigualdades de cunho racial. Para tanto foram criados vários movimentos sociais negros no Brasil, que tinham como objetivo denunciar a situação a qual os negros foram submetidos (DOMINGUES, 2007). Este artigo pretende analisar de que maneira a contestação da comemoração do 13 de maio de 1888, se constituía enquanto estratégia de denúncia ao racismo e de conscientização dos negros empreendido pelo Movimento Negro Unificado de Pernambuco (MNU-PE) na década de 1980. Contudo, aqui se faz necessário indicar o nosso entendimento acerca do que é o Movimento negro e, apresentar um breve histórico das suas diferentes formas de atuação no Brasil em temporalidades distintas.

Existem diferentes concepções sobre a definição de Movimento negro. O entendimento proposto por Joel Rufino dos Santos¹, concebe o movimento negro em sentido amplo, ou seja, que inclui todas as entidades e/ou instituições formadas por descendentes de africanos no Brasil. Para o autor movimento negro compreende:

Todas as entidades, de qualquer natureza, e todas as ações, de qualquer tempo (aí compreendidas mesmo aquelas que visam à auto-defesa física e cultural do negro), fundadas e promovidas por pretos e negros. Entidades religiosas, assistenciais, recreativas, artísticas, culturais e políticas; e ações de mobilização política, de protesto anti-discriminatório, de aquilombamento, de rebeldia armada, de movimentos artísticos, literários e “folclóricos” – toda esta complexa dinâmica, ostensiva ou invisível, extemporânea ou cotidiana, constitui movimento negro (apud. PEREIRA, 2010. p. 82).

Petrônio Domingues e Amílcar Pereira, divergem quanto a essa concepção. Domingues, afirma que a definição de movimento negro de Joel Rufino “só faz sentido do ponto de vista militante, pois ela é, no mínimo, problemática em uma abordagem historiográfica” (2007, p. 102). O posicionamento do Petrônio Domingues, se explica ao defender que o movimento negro “é um movimento político de mobilização racial (negra), embora reconheça que alguns momentos o movimento assuma uma face fundamentalmente cultural” (2007, p.102), ou seja, para o autor existe movimento negro, quando há militância política, mesmo que em alguns aspectos se associem com a perspectiva cultural.

Amílcar Pereira (2010, p. 83), diferente de Petrônio Domingues, concorda com a definição de movimento negro no sentido amplo. No entanto, optou em sua tese por focar o movimento negro como organização político-cultural. Neste estudo, será adotada a definição proposta por Amílcar Pereira que considera:

O movimento negro organizado como um movimento social que tem como particularidade a atuação em relação à questão racial. Sua formação é complexa e engloba o conjunto de entidades, organizações e indivíduos que lutam contra o racismo e por melhores condições de vida para a população negra, seja através de práticas culturais, de estratégias políticas, de iniciativas educacionais etc. (2010, p. 81).

Petrônio Domingues (2007) elaborou uma divisão do movimento negro no período republicano, em três fases: primeira fase da Primeira República ao Estado Novo (1889-1937); segunda fase da Segunda República à ditadura militar (1945-1964) e terceira fase do processo de redemocratização até República Nova (1978-2000). Na primeira fase, libertos, ex-escravizados e seus descendentes instituíram uma série de movimentos de mobilização racial negra em torno de melhores condições de vida. Nesta fase, segundo o autor, as dezenas de grupos que foram criados tinham caráter assistencialista, recreativo e/ou cultural. Dentre os grupos, destaca-se a Frente Negra Brasileira (FNB), criado em 1931, em São Paulo e, posteriormente, com fundação de filiais em outros estados (DOMINGUES, 2007, p. 103-106).

Na segunda fase (1945-1964), a União dos Homens de Cor (UHC), fundada em Porto Alegre, em janeiro de 1943 por João Cabral e o Teatro Experimental do Negro (TEN), criado por Abdias do Nascimento em 1944, no Rio de Janeiro, foram os grupos mais atuantes do período. A UHC, era constituída de uma complexa estrutura organizativa e

¹ Joel Rufino dos Santos é historiador, romancista e intelectual engajado na causa negra.

possui filiais em vários estados. Já o TEN, defendia os direitos civis dos negros, e propunha a criação de leis antidiscriminatórias para o país. (DOMINGUES, 2007, p. 108-109).

A terceira fase (1978-2000), está marcada pela reorganização do movimento negro, tendo como expoente o Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial (MNUCDR) em 1978, posteriormente denominado de Movimento Negro Unificado (MNU), que será abordado de forma mais detida no próximo tópico. Nessa fase, são observadas mudanças na forma de atuação do movimento negro, com ações direcionadas para o campo da política formal. Outra tomada de ação que ganhou centralidade foi o campo educacional, no qual se reivindicou a correção dos livros didáticos e a inclusão do ensino da história da África nos currículos escolares (DOMINGUES, 2007, p. 114-115).

Em síntese, no período que vai da abolição aos anos 1970, é possível perceber continuidades e rupturas nas formas de agir e nas pautas levantadas pelo movimento negro. Por mais que não houvesse unidade, as experiências acumuladas pelos diversos grupos permitiram que o discurso da democracia racial, por exemplo, fosse exposto como sendo uma inverdade, como também contribuíram para a denúncia do racismo. O Movimento Negro Contemporâneo marca uma nova fase do movimento negro no Brasil.

O artigo está dividido em três seções: As duas primeiras constituem uma revisão da trajetória do Movimento Negro Unificado (MNU) em nível nacional e a do MNU-PE, respectivamente. A última seção, trata do jornal *Negritude* na década de 1980, objetivando analisar de que maneira a denúncia ao racismo e a contestação da comemoração do 13 de maio de 1888 se constituíam enquanto estratégia de conscientização da população negra empreendida pelo MNU-PE.

Movimento Negro Unificado: breve contextualização e ações

A formação do Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial (MUCRD), em 1978, na cidade de São Paulo, se deu através de um ato, organizado em represália a dois episódios: ao protesto contra a morte de um operário negro em uma delegacia de São Paulo e contra a expulsão de quatro atletas negros de um clube paulista. No mês de julho, em reunião realizada no dia 23, o movimento teve a palavra "negro" introduzida, transformando-se no Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial (MNUCDR) e, em 1979 passou a ser denominado somente de Movimento Negro Unificado - MNU (PEREIRA, 2010, p. 165).

Segundo Henrique Cunha Junior², inicialmente, o movimento unificado não continha a palavra negro no nome, pois o objetivo da instituição era formar uma frente ampla contra o racismo:

O emergente movimento unificado de 1978 não continha na sua sigla a palavra "negro", porque o seu propósito era o combate ao racismo por intermédio de uma frente política ampla que reunia grupos de esquerda externos aos movimentos negros (...). Deste movimento inicial de 1978 é que surge, no ano seguinte, 1979, o Movimento Negro Unificado Contra o Racismo, MNU. Mesmo com a alteração da sigla e o afastamento da Convergência Socialista, o movimento não conseguiu a unidade entre o conjunto dos principais grupos políticos negros do país (2003, p. 52).

² Henrique Cunha Jr. nasceu em São Paulo, em 1952. Formou-se em Engenharia Elétrica na USP e em Sociologia na UNESP/Araraquara. Mestre em História, cursou doutorado em Engenharia Elétrica na França. É Livre-docente pela Universidade de São Paulo. Filho do conhecido militante Henrique Cunha, foi criado na militância dos movimentos negros. Participou da fundação da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros, tendo sido seu primeiro presidente.

O MNU, desde o início, teve como bandeira a luta contra o racismo. No primeiro momento, o grupo teve que enfrentar os desafios impostos, e lutar pela construção de uma consciência negra, “assumir o ser negro e valorizar a cultura negra, como também, reivindicar a melhoria da situação socioeconômica dessa população. O grande desafio foi, especialmente a partir da década de 1970, enfrentar o “mito da democracia racial”³ (CUNHA JUNIOR, 2003; SAILLANT, 2016).

O Movimento Negro Unificado, surgiu como espaço de reivindicação de direitos para as pessoas que sofriam algum tipo de racismo na sociedade e com a proposta de reunir os movimentos negros existentes no Brasil. Muitos foram os movimentos e entidades negras criadas até a década de 1970, como os citados no tópico anterior. A partir da formação do MNU, houve a intensificação dos atos do movimento negro, as informações passaram a chegar em diferentes grupos e então formavam uma rede de interações em prol dos direitos da população negra (PEREIRA, 2010, p. 165).

De acordo com Pereira (2010, p. 165), muitas das lideranças do MNU não tinham contato com as entidades negras da década de 1940 e 1950, tampouco tinham conhecimento de iniciativas mais antigas como a Frente Negra Brasileira. Ademais, todas as entidades que foram criadas no espaço entre o fechamento da Frente Negra Brasileira (1937) e o início da década de 1970 foram importantes para a constituição do Movimento negro contemporâneo, como destaca Cunha Junior, ao relatar que participou dos grupos, que à época, eram considerados informais:

Assim chamados, sobretudo, porque era a época da repressão da ditadura militar e a formalização levava a uma vigilância maior do Estado. Mas informais também porque esta era uma das características dos movimentos negros. Um destes grupos políticos, por exemplo, se reunia todos os domingos na Praça da República, em São Paulo, onde havia um grande movimento das artes plásticas, que durou de 1968 a início da década de 1980, liderado por artistas negros ligados ao movimento popular, com laços com Solano Trindade (2003, p. 50).

O autor destaca, um ponto importante na sua fala, que é o contexto histórico-social no qual o Movimento Negro contemporâneo é gestado, o da ditadura militar. Nesse período, qualquer manifestação ou publicação com conteúdo racial poderia ser considerado incitação ao ódio ou discriminação racial. Os militantes conviviam ainda, com uma vigilância por parte do governo militar, através dos seus órgãos de repressão (PEREIRA, 2010, p. 166).

Antes de 1970, as estratégias de atuação do Movimento Negro eram de caráter recreativo, assimilacionista, integracionista e culturalista (DOMINGUES, 2007). A partir dos anos 1980, o Movimento Negro brasileiro muda sua forma de agir. A estratégia do MNU foi criar espaços de interlocução com os poderes públicos, em especial com o Executivo e o Legislativo. Esta questão gerou divergência dentro do MNU, militantes em oposição a essa aproximação defendiam que a luta contra o racismo deveria ser feita de forma independente, sem vinculação a partido políticos e/ou com o Estado. Desse modo, o Movimento Negro Contemporâneo, assume em sua estratégia uma postura essencialmente política (PEREIRA, 2010, p. 214-215).

³ O discurso da democracia racial, ganhou força principalmente após a publicação do clássico Casa grande & Senzala, de Gilberto Freyre, em 1933. Segundo esse mito, as relações de raça no Brasil seriam harmoniosas e a miscigenação seria a contribuição brasileira à civilização do planeta. Seguindo essa linha de pensamento, como não haveria preconceito de raça no Brasil, o atraso social do negro dever-se-ia exclusivamente à escravidão e não ao racismo (ALBERTI; PEREIRA, 2005).

Com o fim do bipartidarismo no Brasil, através da “Campanha Diretas Já”, foram criados novos partidos, a exemplo do Partido dos Trabalhadores (PT) e o do Partido Democrático Trabalhista (PDT). Esses partidos, começaram a incluir as pautas reivindicatórias do Movimento Negro, nos seus planos de governo. Isso se deve, em parte, à presença de militantes negros na formação desses partidos, como é o caso de Abdias do Nascimento, que participou da fundação do PDT, ao lado de Leonel Brizola e outros políticos (PEREIRA, 2010, p. 215).

O MNU realizou mobilizações em torno da elaboração da nova constituinte. Em 1986, foi organizada em Brasília, a Convenção Nacional "O negro e a Constituinte". A conferência foi aberta a todas as entidades do Movimento Negro, independentemente de serem ou não filiadas ao MNU. As demandas consenso entre os membros dos Movimentos Negros, foram a criminalização do racismo e a regularização das terras quilombolas. Essas demandas foram alcançadas através do artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias de 1988, que reconhece a propriedade definitiva das terras de remanescentes das comunidades de quilombolas e o artigo 5º da Constituição Federal de 1988, que torna o racismo crime inafiançável e imprescritível, sujeito a pena de reclusão nos termos da lei (PEREIRA, 2010, p. 222-223;226).

Para o Movimento Negro contemporâneo o 13 de maio, não deveria ser comemorado. A justificativa do posicionamento partia do entendimento de que, no pós-abolição, os escravizados, libertos e seus descendentes foram jogados à própria sorte, ou seja, a abolição por si, não gerou os frutos para que os negros vivessem em condições de igualdade com os demais membros da sociedade. O 13 de maio serviria para denunciar as condições dos negros, o racismo e o mito da democracia racial.

O centenário da abolição (1988) foi um marco para o MNU, pois a entidade preparou uma manifestação, nos termos dos contemporâneos, contra a farsa da abolição. No entanto, à época, a crítica ao 13 de maio não era uma tarefa fácil:

Criticar a comemoração do 13 de maio no interior da comunidade negra parecia, à época, uma tarefa inglória. Propor uma alternativa seria ainda mais iconoclasta. Os meios oficiais, principalmente os conservadores, faziam apologia à princesa Isabel, encobrindo a amplitude da luta travada pela população negra pela Abolição da escravidão criminosa. A mídia fazia matérias que reforçavam as visões conservadoras sobre o 13 de maio. Embora seja importante destacar que nem todas as comemorações tinham o mesmo sentido e ênfase. Os clubes de nome *José do Patrocínio* tinham diferenças em relação aos *Luiz Gama*. As alas católicas também apresentavam enorme diversidade (CUNHA JÚNIOR, 2003, p. 53).

Ainda segundo o mesmo autor, “o sucesso político dos movimentos negros manifestou-se no fato de que, mesmo diante de um terreno inóspito, conseguiram transformar o 20 de novembro, dia da morte de Zumbi dos Palmares, no Dia Nacional de Consciência Negra, com acolhida relativa em todo o país” (CUNHA JÚNIOR, 2003, p.55). Isso porque Zumbi era um personagem que representava a ideia de protagonismo na luta e conquista da liberdade (GOMES, 2011). A formalização da data em feriado em algumas cidades somente ocorreu no ano de 1978 apesar de sua idealização ter sido feita em 1971 por Oliveira Silveira (PEREIRA, 2010, p. 18).

No ano de 1988, o Movimento Negro promoveu um ato intitulado a “marcha contra a falsa abolição”, realizado em 11 de maio, no Rio de Janeiro, com objetivo de denunciar a situação do negro na sociedade brasileira. O governo

tentou interferir no evento, mobilizando grande aparato do Exército Brasileiro, a fim de evitar que a marcha passasse em frente ao busto do Duque de Caxias. Em entrevista a Amílcar Pereira, Ivair dos Santos, um dos organizadores do ato, afirma que a repercussão do evento, trouxe visibilidade para o Movimento Negro e para seu discurso da não-existência da democracia racial no Brasil (PEREIRA, 2010, p. 227-228).

O Movimento Negro Unificado não logrou êxito, ao tentar congregiar todas as entidades negras, mas conseguiu afiliados em vários estados do Brasil, como é o caso do Movimento Negro do Recife, qual, após aderir ao MNU entre os anos de 1981 e 1982, passou a se chamar Movimento Negro Unificado Pernambuco.

O Movimento Negro Unificado de Pernambuco

O Movimento Negro Pernambucano começa a rearticular-se em 1979. Em entrevista concedida a Martha Queiroz, Inaldete Pinheiro de Andrade⁴, uma das fundadoras do Movimento Negro em Pernambuco, relata que as primeiras iniciativas se deram através de uma conversa que teve com Sylvio Ferreira⁵, acerca de um documento (“Carta de princípios do Congresso da Convergência Socialista, realizado em São Paulo, 1979) que ambos receberam de amigos que participaram da assembleia do PT. Logo depois, marcaram um encontro para discutir o documento. Após a reunião, aconteceram os primeiros encontros, inicialmente na residência de Inaldete, depois na de Silvio, e com o aumento dos participantes foi transferido para o DCE/UFPE. A primeira proposição foi se o grupo funcionaria com discussões sobre temáticas afros com reuniões internas ou públicas. Essa última venceu, e o grupo lançou-se na programação do “Vinte de Novembro de 1979 - Dia Nacional da Consciência Negra” (QUEIROZ, 2010, p. 116-117).

A proposta inicial do Movimento Negro Pernambucano foi mudar o papel ocupado pelo negro na história, que não poderia continuar sendo visto com um “mudo histórico”. As preocupações iniciais foram com a realização de investigações que subsidiassem a revisão histórica e as articulassem na luta contra o racismo e o capitalismo. Como também somar forças para solenizar o 20 de novembro e discutir a inexistência prática da democracia racial (QUEIROZ, 2010).

Os debates se intensificaram e um dos pontos era a filiação ao MNU ou a constituição de um grupo autônomo. A decisão foi pela constituição de um grupo autônomo, sendo proposta a fundação do Centro de Cultura e Emancipação da Raça Negra – CECERNE e a elaboração de um estatuto. A partir daí, dois grupos se formaram: de um lado Sylvio Ferreira e os favoráveis ao CECERNE, que aderiram ao pensamento freyreano, e do outro, os que acreditavam que era impossível construir uma consciência racial, a partir do pensamento de Gilberto Freyre. Uma vez que esse havia negado a existência de conflitos raciais e do racismo no Brasil. Além desses acontecimentos, um outro fator contribuiu para a cisão do grupo: a vinda de Abdias do Nascimento em 1980, para lançamento do seu livro "O Quilombismo", que

⁴ Inaldete Pinheiro de Andrade nasceu em 1946, na cidade de Parnamirim-RN. Aos 20 anos, mudou-se para Recife, onde cursou Graduação em Enfermagem e Mestrado em Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco. Desde jovem participa ativamente de ações em prol da igualdade racial e do respeito às diferenças. Foi uma das fundadoras do Movimento Negro na região e participa de organizações da sociedade civil voltadas para a defesa dos direitos humanos.

⁵ Sylvio José Barreto da Rocha Ferreira, nasceu em 01 de março de 1953, em Olinda, Pernambuco. Em 1977, formou-se em Psicologia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Em 1978 assume como professor de Psicologia na UFPE. Foi um dos fundadores do Movimento Negro em Recife. Fonte: FERREIRA, Sylvio. Sylvio José Barreto da Rocha Ferreira (depoimento, 2011). Recife, LAHOI.

defendia a constituição de um estado Quilombista. O desentendimento entre Ferreira e Nascimento se deu pelo projeto de negritude deste último, o qual estava em contraposição às ideias de Ferreira, que se alinhavam ao pensamento de Gilberto Freyre. No seu discurso, Nascimento contrariou uma proposição feita por Ferreira sobre ser cauteloso no que diz respeito às ideias de Freyre. A partir daí, houve uma quebra: uma parte criou o Centro de Cultura e Emancipação da Raça Negra (CECERNE) e a outra fundou o Movimento Negro do Recife (QUEIROZ, 2010, p. 122-125).

O Movimento Negro do Recife (MNR) tem fundação conforme o estatuto proposto a data de 27 de julho de 1979. O grupo teve um curto período de atuação, mas, nesse espaço, realizou inúmeras atividades, além da programação para o 13 de maio, o MNR realizou, no ano de 1981, duas importantes articulações: a primeira foi com a Escola de Samba Limonil (fundada em 1935), que trouxe o enredo "Exaltação aos orixás" e a promoção do I Encontro de Negros do Norte e Nordeste - ENNNe⁶ (QUEIROZ, p. 132-133).

O MNR, que agregava, em grande parte, a proposta do Movimento Negro Unificado acaba por se tornar uma das suas células, formando o Movimento Negro Unificado de Pernambuco, entre os anos de 1981 e 1982. Essa adesão do MNR ao MNU não causou grandes impactos, uma vez que a filosofia dos dois era na maior parte semelhantes. Desse modo, na ocasião do segundo encontro do ENNNe, que aconteceu em Paraíba/João Pessoa, Pernambuco já será representado pelo MNU-PE (GUILLEN, 2013; QUEIROZ, 2010).

De início, o MNU-PE, percebeu a necessidade de construir uma consciência negra. Desta forma, realizou aproximações com a cultura afro-brasileira, com objetivo de resgatar a autoestima negra. Ao realizar uma adesão no campo cultural, tornou esse espaço como primordial para fortalecer sua estratégia política, procurava mostrar as subjetividades do sujeito negro que foi individual e coletivamente silenciado pela escravidão e pelo racismo (QUEIROZ, 2011, p. 4).

Segundo Queiroz (2011, p.3), "Na seção pernambucana, foram as discussões político-culturais impulsionadas pelo MNU ou em torno dele que criaram as condições para o florescimento da cultura afro-brasileira no Recife". Dessa forma, é possível perceber o engajamento do MNU-PE na construção de políticas que visem a fortalecer a cultura e a identidade afro-brasileira. Essas questões ficam evidentes nas propostas que buscam articular política e cultura:

Em sintonia com a noção de cultura no plural, a postura do MNU-PE comandou atos que expressam os sentidos construídos pelos movimentos negros para suas identidades, para o racismo e para as formas de combatê-lo. São, portanto, práticas discursivas que ajudaram o MN a se colocar na cena cultural, contribuindo para o processo de (re)africanização pelo qual passou o carnaval do Recife a partir dos anos de 1980 e para a consolidação dos três espaços voltados para a cultura afro-brasileira (QUEIROZ, 2011, p. 4).

A aproximação do MNU-PE do campo cultural se deu, essencialmente a partir do início dos anos 1980, com inserção no auto dramático "Noite dos Tambores Silenciosos"⁷. O evento não agradava aos militantes negros, pois "os atores do Teatro Equipe encenavam trajados de escravos e, como ocorreu em alguns anos, com os rostos pintados de

⁶ O 1º ENNNe, foi realizado no período de 5 a 7 de setembro de 1981, com o tema "Ampliação e Unificação da Luta do Negro no Norte e Nordeste e Forma de Atuação Junto à Comunidade", participaram 12 organizações de sete estados das duas regiões (QUEIROZ, 2010, p.136).

⁷ O auto-dramático "Noite dos Tambores Silenciosos", era uma encenação teatral de atores caracterizados de escravos, em homenagem aos negros mortos na América na condição de cativos. O evento foi criado em 1968, pelo sociólogo e jornalista Paulo Viana (QUEIROZ, 2011, p. 8).

preto”. Além da inserção do MNU-PE na Noite dos Tambores Silencioso, cabe destacar como iniciativa cultural do grupo participação nas festividades do 20 de novembro na Serra da Barriga (capital do Quilombo dos Palmares) a promoção da Noite do Cafuné⁸, dentre outros (QUEIROZ, 2011, p. 11).

Ademais, para além do universo cultural, várias foram as temáticas que ganharam força nas discussões que tiveram em pauta nos primeiros anos da fundação do Movimento Negro Contemporâneo de Pernambuco. Neste interim, merece destaque a imprensa negra recifense, como veículo de divulgação das produções do MNU- PE. Na próxima seção, será refletido sobre a construção da impressão negra associada ao Movimento unificado de Pernambuco, em especial o Jornal *Negritude*.

Nos versos do *Negritude* a denúncia contra o racismo

As comemorações do 13 de maio tiveram início logo após a assinatura da lei Áurea. Nos primeiros anos, as festas eram marcadas pelo caráter popular; com o tempo, adotaram o viés do aparato cívico e oficial. De acordo com Moraes (2012), no Rio de Janeiro o esvaziamento das festas, marcado pelo distanciamento do povo, motivou literatos como Coelho Netto e Machado de Assis a refletir sobre a preservação da memória da Abolição. Entre as preocupações com relação às festas, havia o esquecimento do protagonismo dos abolicionistas na conquista da liberdade e de que o fim da escravidão era motivo de festa e alegria para os que haviam passado pelo cativo (MORAES, 2012, P. 265-301).

O MNU-PE, desde sua fundação, adotou postura contestatória com relação à abolição da escravidão. O principal conflito residia em torno das comemorações do 13 de maio. Para o Movimento Negro Contemporâneo, a data serviria para protestar e denunciar a situação na qual os negros foram submetidos no pós-abolição, ou seja, em condições precárias de sobrevivência.

Criar diferentes iniciativas para tornar pública a condição do negro e expor o racismo como problema a ser enfrentado em todas as esferas da sociedade, foi uma das preocupações do MNU- PE. Para tanto, foram criados jornais, que funcionaram como canais de protesto negro, pois não havia espaço na imprensa comercial para discursões relacionadas às questões raciais. Os jornais da chamada Imprensa negra⁹ pernambucana, a partir de 1980 foram: *Angola*, *NegrAção*, *Omnira*, *Djumbay* e *Negritude* (QUEIROZ, 2011). Neste estudo será analisado o Jornal *Negritude*, especificamente as edições da década de 1980, com enfoque para os discursos do MNU-PE sobre a comemoração do 13 de maio de 1888 e a denúncia do racismo.

O Negritude, boletim informativo do MNU-PE, tinha como função promover as atividades e o pensamento da entidade. Sua primeira edição data do ano de 1986, período da reabertura política no país, e de reorganização dos movimentos de trabalhadores, índios, mulheres, gays e negros. O periódico era produzido em papel jornal, com 4

⁸A noite do Cafuné contava com apresentações de vários grupos musicais: escolas de samba, maracatus, afoxés e blocos afro (QUEIROZ, 2010, p. 149).

⁹ Imprensa Negra, são jornais criados e mantidos por afro-brasileiros e dedicados a tratar suas questões na esfera pública. Os jornais da imprensa negra não seguem um padrão, porém apresentam semelhanças entre si, tanto no que diz respeito aos aspectos gráficos e também ao conteúdo, se tornaram um dos principais espaços utilizados para reivindicar a igualdade racial. Como também, para apresentar os seus problemas, dilemas, heróis e demandas por direito e cidadania. (DOMINGUES, 2018, p. 257 e 259)

páginas, impresso em *offset* e com tiragem de 1000 exemplares, distribuídos gratuitamente e trimestralmente. Ao longo dos primeiros anos da sua publicação, o *Negritude*, permaneceu com a estrutura sem alterações, contendo matéria de capa, editorial, matérias internas e expediente. Cabe destacar que os artigos não eram assinados, a redação era de responsabilidade da Comissão de Imprensa, e os nomes dos colaboradores da comissão não eram divulgados.

O nome do jornal parece estar relacionado à oposição ao discurso da mestiçagem, pois os grupos negros pernambucanos buscavam uma autoafirmação negra. Além disso, o nome *Negritude* remete a um espaço de valorização e resgate da identidade negra afro-brasileira. Por meio das notas do jornal, havia a intenção de promover a conscientização de seus leitores e, por conseguinte, o desenvolvimento do negro dentro da estrutura social brasileira.

A crítica à ideia de democracia racial era uma característica da linha editorial do *Negritude*. Não se admitia também, o 13 de maio como marco final das condições de vida impostas à população negra no período do cativo (QUEIROZ, 2010, p. 146). Estratégias de subversão da ordem escravista e racial foram experimentadas desde a época colonial que, junto ao processo emancipacionista e da abolição do cativo estabeleceram expectativas em torno das vivências da liberdade. Nesse processo, foram fundadas relações marcadas por tensões, conflitos e acordos para firmar os ganhos da liberdade. Como as experiências não se davam no vazio, um jogo de forças se colocava entre ex-cativos e ex-proprietários a fim de determinar as fronteiras da subalternidade e da autonomia. Desde o imediato pós-abolição que a disputa por espaços de autonomia e por melhores condições de vida tem demonstrado que as expectativas não atendidas no 13 de maio não foram um ponto final para os projetos de liberdade e cidadania dos egressos do cativo. Podemos dizer que as lutas da população negra no Brasil ganharam nova dimensão com a abolição.

Seguindo o discurso de contestação da ordem vigente levada a cabo pelo Movimento Negro de Pernambuco a primeira edição do *Negritude* traz como matéria de capa “o negro e a constituinte”. O texto chamava atenção para as eleições que seriam realizadas em novembro de 1986. Apesar de não manifestar apoio a partidos políticos, o MNU-PE orientou a população negra que votassem em “candidatos e partidos que tenham projetos de leis para punir severamente a prática racista existente no país” (NEGRITUDE, 1986). A matéria relembra a conquista do direito ao voto, ocorrido a partir de 1982. O texto ainda destaca que, desde a época da escravidão, as assembleias eram formadas pela elite, e que, depois da abolição, a estrutura permanece. O modo de governar da elite dominante em prol dos seus interesses ao longo da história do Brasil dificultou a inserção dos negros na sociedade. Por isso o MNU-PE, considerava importante a escolha de representantes que defendessem as reivindicações negras, o que significaria um avanço na conquista de direitos.

A denúncia do racismo foi um dos discursos recorrentes do MNU-PE, presente no *Negritude*. Fato observado no segundo editorial (1987) do Jornal, que, em virtude do dia Internacional Contra a Discriminação Racial (21 de março), afirmava o que outrora se negava, o Brasil é um país racista, além de acusar o governo brasileiro de se esconder atrás do discurso da conivente "democracia racial".

A terceira edição do *Negritude* reafirma o posicionamento contrário do Movimento Negro às comemorações da abolição, classificada através da matéria capa como: “13 de Maio: dia da traição”. Segundo o MNU-PE, a comunidade negra, até então, vinha sendo conduzida pela elite branca. No pós-13 de maio, os libertos e seus descendentes ficaram

vagando pelos interiores e ruas das cidades brasileiras, com a finalidade de encontrar formas de vida, meios de sustento para si e seus familiares, porém, muitos retornaram aos seus senhores para pedir comida, abrigo e trabalho, fato que denota a precariedade de condição de vida dessas pessoas,

Segundo Walter Fraga no pós-abolição, “os libertos tiveram que se esforçar para efetivar sua condição de liberdade num contexto de repressão que não atingia apenas os treze de maio, mas toda a população negra” (2018, p.376). A repressão citada pelo autor se refere ao controle realizado sobre toda e qualquer forma de manifestação identificada como africanista. Ainda segundo o mesmo autor, as comemorações não deixaram de existir, sendo realizadas por várias instituições negras desde o imediato pós-abolição. O fim da escravidão “representava a vitória do movimento popular sobre aqueles que resistiram à abolição até as vésperas do Treze de Maio” (FRAGA, 2018, p.372), ou seja, os libertos entendiam o Treze de maio como uma conquista. O 13 de maio desde o ato da abolição tornou-se festivo e foi tomado como da concessão pela elite política imperial e por parte das lideranças abolicionistas, em outras palavras, as celebrações foram realizadas por amplos setores da sociedade brasileira.

O *Negritude* número 4 de 1987, trouxe uma reflexão sobre a necessidade de se repensar a estrutura social e política do país. O problema surge da compreensão da ausência de participação de negros em setores essenciais da nação. A época, o MNU-PE denunciou que os povos negros estavam concentrados em regiões carentes de serviços essenciais como saúde, emprego, moradia entre outras. Dessa forma, havia a necessidade de políticas públicas específicas que fossem destinadas a essas populações, como por exemplo: a reforma agrária, o reconhecimento das terras quilombolas, uma nova ordem de comunicação, dentre outras.

Em maio de 1988, foi publicada uma edição especial do *Negritude*, a capa trouxe uma imagem de Zumbi dos Palmares com a legenda “Zumbi – o nosso abolicionista”. O objetivo dessa edição foi reforçar o protagonismo do povo negro na luta em prol da abolição mas, deve-se ainda ao fato das comemorações em torno do centenário da abolição, que desde sempre exaltava a princesa Isabel, ocorrem nesse ano.

A principal matéria da edição especial de 1988 teve como objetivo promover personagens tidos como heróis e heroínas na luta contra o racismo, a matéria foi intitulada “heróis da resistência” e apresenta biografias sobre oito personalidades (QUEIROZ, 2011, p. 543). As biografias fazem referência a figuras como: Zumbi dos Palmares- líder do Quilombo dos Palmares e considerado o maior herói da história dos negros brasileiros; Mateus Dambi- Combatente dos Palmares, viveu ao lado de Zumbi; Emiliano Mandacaru- Formou um poderoso exército e invadiu Recife em 1823; Pacifico Licutan- Líder da Revolta dos Malês, não participou diretamente da batalha, mas foi ele quem organizou e preparou os combatentes para a guerra; Luísa Mahin- Participou da revolta dos Malês na Bahia, mãe do escritor Luiz Gama; Anastácia- De acordo com uma das lendas, era escrava na Bahia e passou estimular negros a revolta; João Candido- Líder da Revolta da Chibata; Preto Cosme- Líder quilombola no Estado do Maranhão (NEGRITUDE,1988, p. 4-5).

As edições do *Jornal Negritude* na década de 1980 enfatizaram as principais causas do movimento nos primeiros anos: a denúncia da situação social do negro no período após a abolição, desmitificação da tese da “democracia racial”, e da negação da comemoração do 13 de maio em detrimento do 20 de novembro. Essas pautas foram influenciadas

pelo histórico de exclusão do povo negro e também porque, nos anos 1980, aconteceram eventos importantes como o processo de redemocratização, o centenário da abolição e a elaboração da nova constituinte.

Ao discordar das comemorações do 13 de maio, o Movimento Negro Unificado, não objetivava desvalorizar a conquista da Abolição, muito menos as mobilizações que foram realizadas em torno desta. As lutas giram em torno do reconhecimento da participação dos negros no processo, bem como exigir melhorias para os afro-brasileiros. A Abolição foi resultado de inúmeras ações e que envolveu diferentes grupos, no entanto, acabou por ser associada à figura de Isabel, e colocada como uma concessão. Ao propor o 20 de novembro como dia a ser comemorado, o Movimento Negro defende a data como conquista, uma vez que está relacionado ao Quilombo dos Palmares e desfigura o 13 de maio como concessão. O 13 de maio seria o dia de expor o racismo e as condições do negro no pós-abolição.

Considerações finais

A reorganização do Movimento Negro brasileiro, a partir dos anos 1970, inaugura uma nova fase no enfrentamento aos conflitos raciais e ao racismo. A aproximação do grupo com o campo político é um importante avanço, uma vez que permite a participação do grupo na elaboração da constituição de 1988.

O principal desafio do Movimento Negro Unificado foi enfrentar o mito da “democracia racial” e denunciar o racismo. Outra bandeira consistiu em contestar as comemorações do 13 de maio e na exaltação do 20 de novembro, adotado pelo grupo em 1978, como dia Nacional da Consciência Negra. A oposição do MNU às comemorações eram pautadas nas concepções de que a Abolição, em sua essência, não forneceu condições para que libertos se incluíssem na sociedade, deixando-os às margens do processo de desenvolvimento econômico e social. A saída encontrada pelo Movimento Negro foi deslocar as comemorações para a data 20 de novembro. Dessa forma, a data, ao contrário do 13 de maio, tinha o caráter de conquista e não concessão. Os militantes tinham a concepção de que o 13 resultou em parte das mobilizações dos negros, mas essas questões não eram exaltadas nas comemorações do Treze de maio.

O Movimento Negro de Pernambuco, como célula do MNU, compartilhava das ideias apresentados anteriormente e utilizou diferentes estratégias para fortalecer seu campo de atuação. O boletim *Negritude* foi uma das principais ferramentas utilizadas pelo MNU-PE para informar e formar seus militantes e a comunidade negra. As páginas do jornal serviram de protesto para denúncia do mito da democracia racial, contestar o 13 de maio de 1888, como “dia da traição”, e exaltar o 20 de novembro como dia realmente a ser comemorado. Para parte dos integrantes do movimento, os negros não foram beneficiados pelo término da escravidão, sofreram as consequências do processo escravista, do racismo e de suas mazelas. Como veículo de comunicação, o Jornal *Negritude* se constituiu como o principal canal de protesto criado pelo MNU-PE.

Fontes:

Boletim *Negritude*. nº 1. Recife, outubro e novembro de 1986. Disponível em: <http://culturadigital.br/mnupe/2015/09/17/jornalnegrITUDE/negrITUDE-no1-1/>

Boletim *Negritude*. nº 2. Recife, fevereiro, março e abril de 1987. Disponível em: <http://culturadigital.br/mnupe/2015/11/03/jornal-negrITUDE-segunda-edicao/negrITUDE-no2-1/>

Boletim *Negritude*. nº 3. Recife, maio, junho e julho de 1987.

Boletim *Negritude*. nº 4. Recife, novembro e dezembro de 1987. Disponível em: <http://culturadigital.br/mnupe/2015/11/03/93/negrITUDE-no4-1/>.

Boletim *Negritude*. nº 5. Recife, maio de 1988.

Referências:

ALBERTI, Verena; PEREIRA, Amílcar Araújo. *Movimento negro e "democracia racial" no Brasil: entrevistas com lideranças do movimento negro*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2005. Disponível em: https://cpdoc.fgv.br/producao_intelectual/arq/1504.pdf. Acesso em: 08 de dez. 2018.

CUNHA JUNIOR, Henrique. Movimento de consciência negra na década de 1970. *Revista Educação em Debate*, Fortaleza, v. 2, n.46, p. 47-54, 2003. Disponível em: www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/15183/3/2003_art_hcunhajunior.pdf. Acesso em: 06 dez. 2018.

DOMINGUES, Petrônio. Imprensa Negra. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz & GOMES, Flávio dos Santos (Orgs.). *Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos críticos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018, pp. 266-273.

DOMINGUES, Petrônio. *Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos*. Tempo, Niterói, v.12, n.23, p. 100-122, 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141377042007000200007&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 18 fev. 2019.

DOMINGUES, Petrônio. *Movimento negro brasileiro: história, tendências e dilemas contemporâneos*. Dimensões, Vitória-ES, n.º 21, 2008, pp. 101-124. Disponível em: <http://www.periodicos.ufes.br/dimensoes/article/view/2485/1981>. Acesso em: 18 fev. 2019.

FRAGA, Walter. Pós-abolição; o dia seguinte. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz & GOMES, Flávio dos Santos (Orgs.). *Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos críticos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018, pp. 370-377.

GELEDÉS. *A história da escravidão negra no Brasil*. GELEDÉS, 2012. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/historia-da-escravidao-negra-brasil/>. Acesso em: 13 de dez. 2018.

GOMES, Flávio dos Santos. *De olho em Zumbi dos Palmares: histórias, símbolos e memória social*. São Paulo: Claro Enigma, 2011.

GUILLEN, Isabel Cristina Martins. Ancestralidade e oralidade nos movimentos negros de Pernambuco. In: *XXVII Simpósio Nacional de História da ANPUH*. Natal-RN, 2013. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/africas/article/download/4053/257>. Acesso em: 06 dez. 2018.

MARTINS, Robson L. M. "Atos Dignos de Louvor": *Imprensa, Alforrias e Abolição no Sul do Espírito Santo, 1885-1888*. Afro-Ásia, Salvador, 27, 2002.

PEREIRA, Amílcar Araújo. *O mundo negro: a constituição do movimento negro contemporâneo brasileiro (1970-2005)*. 2010 Tese (Doutorado em História) Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2010.

QUEIROZ, Martha Rosa Figueira. *Onde cultura é política: movimento negro, afoxés e maracatus no carnaval do Recife (1979 - 1995)*. 2010. Tese (Doutorado em História) Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de Brasília. Brasília, 2010.

QUEIROZ, Martha Rosa Figueira. Para além do carnaval: O Movimento Negro na cena cultural na cidade do Recife. In: *XXVI Simpósio Nacional de História da ANPUH*. São Paulo: SP, 2011. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1313018305_ARQUIVO_MarthaRosaANPUHCOMPLETO10ago.pdf. Acesso em: 06 dez.2018.

QUEIROZ, Martha Rosa Figueira. *Da Angola ao Djumbay: imprensa negra recifense. Cadernos de pesquisa do CDHIS*. V. 24, n. 02, 2011. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/cdhis/article/view/13636> . Acesso em: 08 dez. 2018.

RIOS, Ana Maria; MATTOS, Hebe Maria. *O pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas*. TOPOI, v. 5, n. 8, jan-jun 2004, pp. 170-198. Disponível em: http://www.revistatopoi.org/numeros_antteriores/Topoi08/topoi8a5.pdf Acesso em: 18 fev. 2019.

Brasil. In: MATTOS, Hebe (Org.). *História oral e comunidades: Reparações e Culturas negras*. 1ª. ed. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Dos males da dádiva: sobre as ambiguidades no processo da Abolição brasileira. In: CUNHA, Olivia Maria Gomes da; GOMES, Flavio dos Santos (Orgs.). *Quase cidadãos: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil*. 1ª. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2007. p. 23-53.

SLENES, Robert W. Escravos cartórios e desburocratização: o que Rui Barbosa não queimou será destruído agora? *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v.5, n.º 10, mar-ago 1985, pp. 166-196. Disponível em: https://www.anpuh.org/arquivo/download?ID_ARQUIVO=3608 . Acesso em: 18 fev. 2019.

Submissão 04/05/2019

Aceite 17/09/2019